

RETOMADA E PERSPECTIVAS

Por Daniel Schenker

Convocando a união de todos os segmentos audiovisuais, o 8º. CBC, que se realizará em Porto Alegre, faz dez anos e busca saídas para velhos problemas e novos desafios

Não há como deixar de estabelecer conexão entre o próximo Congresso Brasileiro de Cinema, agendado para ocorrer em Porto Alegre entre os dias 12 e 15 de setembro, e o terceiro CBC, realizado em 2000, na mesma cidade, marcando a retomada dos dois primeiros encontros, ocorridos em 1952 e 1953, como Congresso do Cinema Nacional e Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, respectivamente. De 2000 para cá, o contexto inegavelmente mudou. Há dez anos o cinema brasileiro vivia plenamente a chamada fase da retomada, na qual se recuperava da quase total interrupção da produção durante o governo Collor. Hoje sofre transformações decorrentes das descobertas tecnológicas.

“Esse CBC será dedicado a repensar a trajetória ao longo da década. Decisões muito importantes foram tomadas naquela terceira edição, em 2000”, afirma Rosemberg Cariry, referindo-se, entre outros fatores, à criação da Agência Nacional de Cinema (Ancine). “Agora, constatamos que o mundo mudou com as revoluções tecnológicas. Abordaremos a questão das novas mídias. Estamos pensando no desenvolvimento sustentável para o audiovisual e não “apenas” em cinema. Buscamos sintonia com jogos eletrônicos, softwares, televisões públicas”, assinala Cariry.

Para o diretor-presidente da Ancine, Manoel Rangel, o 3º. CBC teve importância fundamental para a atividade audiovisual e cinematográfica no Brasil. Sua realização apontou a necessidade de existência de uma política de estado. A continuidade do CBC representa permanência de um espaço de debate. É um momento de comunhão para a construção de políticas comuns. No que se refere ao próximo CBC, cabe atualizar as propostas. Ao longo do tempo, vários desafios se transformaram em realidade. O desafio agora é encarar o futuro. É preciso responder que escala o cinema e o audiovisual querem ocupar na

sociedade brasileira, na nova realidade do país, e perceber qual o lugar desse cenário e desse audiovisual em meio à convergência digital. Ainda temos uma realidade problemática, no que se refere a uma relação insuficiente com a televisão e à quantidade de salas de exibição. Mas a An-

cine trabalha no sentido de superar esses gargalos.

Reconstrução pós-“Collor”

Presidente do CBC em 2000, Gustavo Dahl detecta pontos emergenciais nos dias de hoje. “A questão da exibição – em especial, do fato de o mercado das salas de cinema ser muito concentrado no Brasil nas áreas de grande poder aquisitivo – já foi identificada. Mas o problema da distribuição permanece porque a competição entre as distribuidoras independentes e as majors é desigual. Elas chegam com produto testado no mercado americano e trabalham em escala mundial. Além disso, a ficção dramática televisiva e o filme brasileiro são produtos semelhantes querendo ocupar o mesmo espaço. Ir ao cinema nas grandes cidades sempre foi costume de um público

jovem, mas o consumo doméstico de filmes aumentou. É preciso criar soluções, um novo modelo de negócios. A internet proporcionou distribuição de conteúdo a preços cada vez menores. Cabe pensar o cinema em função das novas mídias. Cinema e audiovisual são indústrias diferentes que convergem”, afirma Dahl. Facilidades à parte, não há garantias à vista. “A capacidade de produção foi horizontalizada, mas isto não leva necessariamente a espaços de difusão. O desafio é não perder espaço no mercado convencional. Só que a base não é mais a TV aberta, e sim a internet, que tem problemas relacionados à pirataria e à remuneração”, observa.

A segunda presidente do CBC foi Assunção Hernandez, entre 2001 e 2003; ela sublinha a importância do Congresso na reconstrução do cinema brasileiro, gravemente abalado no período Collor.

“Ao nos reencontrarmos no terceiro Congresso, em 2000, nós nos deparamos com uma sociedade cinematográfica desorganizada. Além da Embrafilme, o Conselho Nacional de Cinema (Concine), órgão regulador do Estado



“Embora haja atualmente bons diretores e filmes de qualidade, o grande problema não está resolvido: como levar cinema ao público e racionalizar melhor o emprego dos recursos que ficaram à disposição do cinema brasileiro durante esses anos.”
ROBERTO FARIAS, cineasta



“Para mim, o ponto principal a ser debatido no próximo CBC é como fazer o cinema brasileiro encontrar o público. Os filmes são bons, mas ainda não chegam ao público.”

ANDRÉ STURM, cineasta e responsável pelo setor audiovisual da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo



“Houve um divisor de águas, não só na minha gestão como para a atividade cinematográfica no Brasil, que foi a apresentação do projeto da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav) pelo governo federal, transformando a Ancine em reguladora de todo o audiovisual, incluindo a televisão.”

GERALDO MORAES, ex-presidente do CBC



“Os mecanismos de fomento e funcionamento da Ancine precisam ser reavaliados. A Ancine é uma agência muito importante que se burocratizou.”

ALAIN FRESNOT, presidente da Associação Paulista de Cineastas (Apaci)

para a atividade cinematográfica, tinha sido extinto. Queríamos um ente estatal oficial. Abraçamos a Ancine como solução”, discorre Hernandez. Os avanços, com o passar do tempo, parecem inegáveis. “O volume de produção aumentou. Hoje contamos com cerca de 100 longas e 500 curtas por ano. Só continuamos a considerar precária a ausência de uma regulação democrática da comunicação social no Brasil. É o que limita a expansão do nosso audiovisual. Acho que essa deverá ser a bandeira do próximo CBC”, opina Assunção Hernandez.

Gargalo da distribuição permanece

Segundo o cineasta Roberto Farias, um importante pensador da produção cinematográfica, depois do 3º. Congresso, passados 10 anos, está na hora de fazer uma reunião ampla visando a uma avaliação de tudo o que aconteceu durante esse tempo. E toca na questão não resolvida da distribuição: “Embora haja atualmente bons diretores e filmes de qualidade, o grande problema não está resolvido: como levar cinema ao público e racionalizar melhor o emprego dos recursos que ficaram à disposição do cinema brasileiro durante esses anos. O custo por espectador está muito alto. É muito dinheiro para pouco espectador. É mais do que claro que existe algo errado que precisa ser discutido. Há controvérsias que historicamente nunca foram selecionadas – e não por falta de dinheiro –, no que se refere à exibição privada e à produção. São conflitos de interesses que precisam ser resolvidos. E não há tantas salas de cinema. As que existem não escoam a produção, como seria desejável”.

O cineasta André Sturm, diretor do Siasp, o Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo, e responsável pela área do Audiovisual da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, também ressalta que o desafio maior ainda está no escoamento da produção. “Para mim, o ponto principal a ser debatido no próximo CBC é como fazer o cinema brasileiro encontrar o público. Os filmes são bons, mas ainda não chegam ao público. Como algumas produções fizeram muito sucesso, não acho que persista o preconceito do espectador brasileiro em relação ao cinema do seu país. Como os filmes entram em cartaz, também não me parece que o grande problema seja o de distribuição. “As melhores coisas do mundo”, de Lászlo Bodanzky, por exemplo, foi muito bem lançado, mas teve um resultado de público inferior ao esperado. Precisamos descobrir o que está acontecendo”.

Coalização e Ancinav

À frente do CBC entre 2003 e 2005, Geraldo Moraes chama atenção para acontecimentos determinantes para as transições que marcaram essa última década. “Houve um divisor de águas, não só na minha gestão como para a atividade cinematográfica no Brasil, que foi a apresentação do projeto da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) pelo governo federal, transformando a Ancine em reguladora de todo o audiovisual, incluindo a televisão. Na época, o CBC tinha como filiadas entidades de áreas representativas da distribuição, das majors americanas, que se manifestaram contrariamente ao projeto. Ameaçaram se retirar do Congresso, o que acabou acontecendo. Junto com elas saíram

o sindicato da indústria do Rio de Janeiro e de São Paulo porque o projeto defendia a descentralização da produção. Também enfrentamos oposição da Rede Globo, que queria proteger o conteúdo brasileiro produzido por ela e não a produção independente. No final de 2004, começamos a temer pela sobrevivência do projeto porque a pressão se tornou insustentável. De fato, o governo acabou retirando o projeto”, relata.

No ano seguinte, Moraes engajou-se na promoção da diversidade audiovisual. “O mercado de cinema atinge 8% dos municípios brasileiros. As salas estão concentradas nas capitais e em poucas cidades menores. O sistema de exibição multiplex foi imposto no mundo todo a partir de meados dos anos 90. Tínhamos que tentar organizar multiplicidade de alternativas de produção, distribuição e difusão. Crescia o movimento das coalizões pela diversidade cultural através de frentes de associações que reuniam atividades representativas da indústria cultural. Conseguimos que o Brasil e outros países aprovassem a Convenção da Unesco. E começamos a assistir à multiplicação dos cineclubes, festivais e pontos de cultura”, afirma.

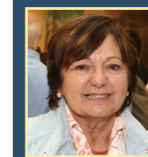
Desafio de ampliar mercado permanece

Vice-presidente na gestão de Geraldo Moraes e presidente da Associação Brasileira de Cineastas (Abraci), Tetê Moraes pinça determinados pontos que, acredita, devam ser repensados. “Os mecanismos de fomento e funcionamento da Ancine precisam ser reavaliados. A Ancine é uma agência muito importante que se burocratizou”, aponta. Presidente da Associação Paulista de Cineastas (Apaci), Alain Fresnot evoca o projeto da Ancinav e destaca tópicos que considera merecedores de discussão no próximo CBC. “O projeto da Ancinav causou divisão e é preciso que o CBC retome uma unidade. Acho que há pouca penetração do cinema brasileiro e do cinema no Brasil. Temos que fazer o mercado crescer em número de salas e abrangência territorial. A produção cinematográfica brasileira anual também precisa crescer. E é necessário re-

duzir o custo de infraestrutura. Venho tentando recuperar os 6% para a cultura, porcentagem com a qual contávamos até 1998”, declara.

Orlando Senna frisa a necessidade de buscar sintonia com as mudanças em voga no século XXI. “Estamos vivendo mudanças na atividade audiovisual como nunca se viu. É a transformação de um padrão para o outro – quase que de uma linguagem para outra. Se o CBC tomar essa direção, nós ganharemos novamente impulso no sentido de transformar ações governamentais em ações estatais. Cabe fazer um Congresso voltado para as novas tecnologias e a revolução de linguagem. A tecnologia não está contra nós, povos abaixo do Equador. Ela está sendo democratizada, difundida. Precisamos ser menos sentimentais e mais práticos”, considera.

Para Leyla Fernandes, da APRO, Associação das Produtoras de Publicidade, há dois focos a serem persistidos, a sustentabilidade do mercado e o escoamento da produção. “Acho que é fundamental discutir o cinema mais sob a ótica comercial. Os incentivos devem continuar existindo. Mas o cinema brasileiro precisa virar uma indústria mais rentável. É necessária uma comercialização mais agressiva. E a distribuição é um problema gravíssimo”.



“O volume de produção aumentou. Hoje contamos com cerca de 100 longas e 500 curtas por ano. Só continuamos a considerar precária a ausência de uma regulação democrática da comunicação social no Brasil. É o que limita a expansão do nosso audiovisual. Acho que essa deverá ser a bandeira do próximo CBC”.

ASSUNÇÃO HERNANDEZ, ex-presidente do CBC